

Pagamento dos juros fica para o

quinta-feira, 31/8/89 □ 1º caderno □ 17

próximo governo

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O pagamento dos US\$ 2,3 bilhões de juros da dívida externa brasileira aos bancos credores privados, que vence no dia 15 de setembro, pode acabar ficando para o próximo governo, caso o Brasil não consiga fechar, antes desta data, um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A proposta alternativa que o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, deverá apresentar aos bancos para evitar o atraso é a concessão de um adiantamento de recursos ao atual governo brasileiro para o pagamento parcial ou total do débito. As condições de pagamento desse novo empréstimo, de qualquer forma, teriam que ser acertadas posteriormente pelo novo governo.

Em troca deste acerto, o Banco Central liberaria ainda parte dos juros que estão retidos desde o final de junho, quando foi baixada a centralização cambial e também foram suspensos todos os pagamentos e remessas de lucros e dividendos ao exterior. O único pagamento liberado foram os juros devidos ao Fundo Monetário Internacional, de US\$ 800 milhões.

Com a liberação deste empréstimo para o Brasil, os credores evitariam que fosse declarada uma moratória, que acabaria repercutindo sobre seus balanços, já que seriam obrigados a colocar a dívida do país na condição de crédito duvidoso. Outro acerto que os negociadores tentarão também é o de os bancos concederem este empréstimo até

que saia um acordo com o FMI, que implicaria liberar cerca de US\$ 700 milhões.

A tese de tentar “empurrar com a barriga” esses pagamentos ganha corpo não só entre a equipe do presidente Sarney como entre os próprios credores.

O diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, um dos principais negociadores da dívida brasileira, tem uma expressão que reflete bem a posição do governo em relação ao pagamento dos juros da dívida: ao invés de empregar a palavra “moratória”, Lore prefere dizer “retenção de pagamentos” para definir o que ocorrerá nos próximos meses caso o Brasil não receba dinheiro dos bancos para pagar sua dívida.

“Nós não gostamos da palavra moratória. Não vamos fazer moratória. Simplesmente vamos continuar retendo os juros e remessas de lucros e dividendos, como vem ocorrendo até agora caso não haja a contrapartida de dinheiro dos bancos”, afirma.

Segundo Lore, o governo não cedeu um milímetro em sua posição de manter as reservas em níveis satisfatórias para deixar o próximo governo em posição confortável para negociar a dívida. Caso seja necessário, segundo explicou, o Brasil manterá os pagamentos retidos sem que a moratória seja declarada oficialmente. Apesar disso, fontes do governo informaram que não existe clima de confronto com os credores e que as negociações feitas por telefone estão transcorrendo em clima de compreensão e cordialidade.